



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004482-20.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **ADEMILSON GONÇALVES**  
 Requerido: **SALIM VEÍCULOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter comprado um automóvel da ré mediante pagamento de parte do preço ajustado e financiamento do restante.

Alegou ainda que o automóvel após duas semanas apresentou problema no "comando elétrico" e como isso não foi reparado recebeu da ré um outro automóvel que igualmente teve problema de funcionamento.

Salientou que em seguida a ré lhe entregou um terceiro veículo, o qual da mesma maneira teve problemas, sendo inviável a solução amigável da pendência.

A ré, a seu turno, admitiu que recebeu de volta os dois primeiros automóveis entregues ao autor, além de asseverar que os problemas detectados aconteceram porque envolviam veículos usados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Houve inúmeras falhas na condução dos fatos trazidos à colação.

De início, é incontroverso que o autor adquiriu um automóvel Peugeot da ré, financiando parte do pagamento combinado.

É por outro lado incontroverso que esse automóvel foi recebido de volta pela ré por problemas que apresentou.

Nesse passo, cabe registrar que a circunstância do veículo ser usado não eximia a responsabilidade da ré por vícios que aparecessem, não se podendo olvidar que isso teve lugar cerca de quinze dias após a transação.

Tal responsabilidade tanto era evidente que a ré ficou novamente com o automóvel sem que nenhuma providência objetiva fosse tomada a propósito do financiamento.

A discussão em torno de quem teria dado causa a isso é irrelevante na medida em que tocaria à ré por sua própria condição subjetiva a cautela em diligenciar para que essa questão do financiamento fosse equacionada.

Ela, porém, objetivamente não o fez e, como se não bastasse, ficou com o automóvel.

Os desdobramentos que daí advieram concernem a problemas nos dois outros automóveis entregues ao autor (repito que o fato de serem usados não afasta a responsabilidade da ré sobre eles), mas independentemente do que sucedeu há certeza de que o financiamento do primeiro automóvel subsiste, de um lado, e que ele permanece em circulação com a ré ou com alguém com autorização dela, tanto que há multas lavradas – em nome do autor – como se vê a fls. 40/43 e 61.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque mesmo que o autor tenha ficado com automóvel diverso do que havia comprado de início a vinculação das partes quanto a ele permaneceu a partir do financiamento que continuou produzindo efeitos, bem como pelo fato dele ter sido devolvido à ré.

Apenas a regular transferência do financiamento para o terceiro veículo repassado pela ré ao autor poderia levar à ideia de que a relação jurídica entre as partes se estabilizou, mas isso não teve lugar.

Em consequência, reputo que a rescisão do contrato firmado é a alternativa que melhor se amolda à solução do litígio, retornando as partes ao status quo ante.

A ré bem por isso haverá de devolver ao autor as quantias que ele despendeu, a exemplo de cumprir obrigação de fazer consistente em quitar o financiamento aludido porque não se exigiria que o autor o fizesse se sequer teve a posse do automóvel por um mês.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Por oportuno, destaco que não poderá a ré ser obrigada a transferir o financiamento ao seu nome porque a medida dependeria de anuência da financeira que, não sendo parte no processo, não poderia ficar sujeita aos reflexos do que aqui vier a ser decidido.

Destaco finalmente que cumpridas as obrigações pela ré deverá o autor devolver a ela o automóvel Ford/Fiesta que está em seu poder, até porque nada justificaria então que essa situação persistisse.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para: (1) declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes relativo à compra e venda do automóvel Peugeot placas DHF-4337; (2) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.860,26, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação; (3) condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em quitar o financiamento firmado para a compra ora rescindida, sob pena de arcar com o pagamento de multa equivalente ao valor em aberto desse financiamento.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância indicada no item 2 supra em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 3 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor no montante do financiamento mencionado, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Cumpridas as obrigações pela ré, deverá o autor devolver a ela o automóvel Ford/Fiesta – Edge, placas DKA-1054 no prazo de dez dias.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.  
P.R.I.

São Carlos, 25 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**